



LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO PROFISSIONAL
VERSÃO 1.03: ADOECIMENTO E ESTRESSE

A Resolução 207 de 2015 do CNJ instituiu uma Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário. Diante disso, adoecimento e estresse foram os temas de debate da terceira edição do Laboratório de Inovação Profissional, espaço concebido pela Escola Judicial para proporcionar um compartilhamento de conhecimentos entre magistrados e servidores de modo informal e descontraído. A comunicação entre os participantes é o elemento primordial desse projeto, que visa garantir um diálogo construtivista em prol de uma melhoria na qualidade da prestação jurisdicional fluminense. A terceira edição do laboratório contou com a participação dos juízes André Gustavo Bittencourt Villela (Juiz Auxiliar da Corregedoria Regional), Claudia Regina Reina Pinheiro, (Juíza Titular da 6ª VT/NIT) e Paulo Guilherme Santos Périssé (Juiz Titular da 2ª VT/SJM) na condução do debate.

O objetivo da terceira sessão do laboratório foi discutir e propor melhorias das condições de saúde de magistrados e servidores, através de um diálogo conduzido por palestrantes com vasta experiência no tema.

Pode-se afirmar que foram duas horas de intenso bate-papo informal, já que a plateia não foi apenas espectadora, participou ativamente na troca de ideias em relação aos temas discutidos no encontro.

Ao longo desse diálogo, foram constatados aspectos essenciais para a promoção da saúde de magistrados e servidores:

A adoção de uma política contínua e institucional, baseada na avaliação do cotidiano laboral vivenciado pelos magistrados e servidores (mapeamento dos principais focos de surgimento dos problemas de saúde, no aspecto fisiológico e psicológico), com o intuito de promover mudanças positivas no meio ambiente laboral;

A importância do reconhecimento e da valorização do trabalho, de modo qualitativo, independentemente das análises estatísticas advindas da justiça em números;

A necessidade de buscar meios alternativos e pessoais em prol de uma vida equilibrada, evitando-se, assim, que o estresse do cotidiano afete a saúde das pessoas.

Nessa rápida exposição, vale mencionar alguns aspectos apontados pelos palestrantes de maneira individual. De acordo com o depoimento de André Gustavo Bittencourt Villela, existem projetos que não conseguem ir para frente devido a diversos fatores que comprometem a Administração Pública. Atualmente, por exemplo, enfrenta-se o problema do orçamento reduzido, o que dificulta a construção e a manutenção de projetos e serviços.



Seguindo o quanto estabelecido da Resolução 207 de 2005 do CNJ, o juiz afirma que é necessário promover uma institucionalização dos mecanismos em prol de uma política de saúde dos magistrados e servidores. Ademais, acrescenta que, não obstante a mídia cobre a justiça em números, sem avaliar a qualidade do serviço prestado, a justiça não pode ser vista pelos magistrados e servidores de tal maneira. Ressalta que não podemos deixar de olhar o outro, e olhar para o outro envolve empatia e companheirismo, mesmo diante de um cenário em que há muito trabalho e cobranças.

A juíza Claudia Regina Reina Pinheiro (Juíza Titular da 6ª VT/NIT), por sua vez, começou a sua fala destacando que o maior problema é o preconceito. Afirma que é necessário trabalhar mais com as questões da subjetividade. A juíza critica a forma de avaliação de juízes e servidores, que, muitas vezes, deixa ao encargo do avaliador a análise de pessoas com quem teve pouco contato. Cláudia assevera que o sistema de metas criado pelo CNJ deveria ser revisto, já que utiliza um sistema de gestão com cobranças iguais para todos os ramos do judiciário o que, por sua vez, não observa as diferenças de cada um dos ramos de justiça. A título de exemplificação cita as nítidas diferenças existentes entre as demandas relacionadas com a justiça militar e as que estão atreladas à Justiça do Trabalho. Destaca, ainda, que as metas não observam as singularidades de cada tribunal e as peculiaridades de cada processo (o julgamento de uma ação civil pública complexa, por exemplo, é equivalente, para fins estatísticos, ao julgamento de uma ação individual).

Explica que estamos inseridos em um sistema de administração por estresse: busca-se um alto nível de estresse no serviço para se produzir mais, com a alienação dos sujeitos envolvidos. Cláudia relata uma pesquisa realizada no TRT da 9ª Região, que investiga os impactos das metas do CNJ no comportamento dos juízes. Segundo a referida pesquisa, as excessivas cobranças por metas impactam negativamente nos magistrados. Continua a debatedora dizendo que o PJE mudou o comportamento dos juízes, eles não têm mais direito à desconexão. Nesse cenário, juízes e servidores têm a missão de fazer o que é humanamente impossível realizar. O resultado disso é que a maior parte dos afastamentos está ligada a doenças psicológicas e psiquiátricas.

O nosso último palestrante, Paulo Guilherme Santos Périssé (Juiz Titular da 2ª VT/SJM), inicia a sua participação destacando que devemos dar ênfase na saúde, e não na doença. O juiz alerta que, se as pessoas não buscarem uma vida saudável, elas não conseguirão organizar as suas vidas. É necessário procurar “formas de agir individual”, escolhidas com base nos interesses pessoais, com o intuito de proporcionar o equilíbrio, como, por exemplo: viajar, usufruir hobbies, praticar esportes e atividades físicas, etc.

Périssé chama atenção para o fato de que há um problema estrutural, já que não temos uma política de longo prazo. A cada dois anos muda a administração e, com isso, há uma descontinuidade, dificultando a manutenção de programas estratégicos. Explica os benefícios advindos de pesquisas vinculadas à saúde dos servidores e



magistrados, entre eles o de mapear a realidade. Clarifica sua fala com o diagnóstico de magistrados realizado em 2013, que foi uma pesquisa que serviu para apresentar as causas mais comuns de afastamentos médicos de juízes, quais sejam: problemas ortopédicos e psiquiátricos. Assevera que é preciso levar a sério as pesquisas, uma vez que os indicadores, o tratamento e o monitoramento da saúde são limitados. Ademais, salienta que é necessário analisar os dados estatísticos com atenção e calma. Em maio de 2017, por exemplo, houve um aumento de 35% no número de licença de servidores. Por outro lado, adverte que as perguntas dos questionários devem ser elaboradas com prudência. É preciso fazer as perguntas certas, para se extrair o real cenário vivenciado. Alerta que existem pesquisas de clima organizacional de atestam que tudo está ótimo, quando, na verdade, não está. Dessa maneira, é preciso cautela na escolha das metodologias e técnicas a serem utilizadas nas pesquisas, com o intuito de que a investigação não seja desvirtuada.

Outro aspecto trazido pelo debatedor foi o fato de que o mundo está rodeado de mudanças. Atualmente, vivenciamos a era do PJE. Dessa forma, aduz que é preciso que as pessoas busquem se adaptar às novas realidades, frisando que o problema não é a criação de metas em si, e sim em como a gente lida com elas.

O debatedor afirma que precisamos aproveitar todas as boas práticas utilizadas no meio ambiente laboral, destacando que pequenas medidas podem trazer grandes impactos. A título de exemplificação, cita a ginástica laboral e as equipes de ergonomia que percorrem as varas, com o intuito de dar sugestões e promover modificações no layout da vara.

A plateia, por seu turno, destaca que a falta de reconhecimento profissional muitas vezes desestimula o desempenho do labor. Muitos questionam se as pesquisas realmente são anônimas, oportunidade em que confessam que existe um grande medo de represálias. Reconhecem, ainda, que, ao responder questionários e pesquisas, muitos se perguntam se os resultados destes servirão de base para a promoção de políticas de mudança. Frisam, ainda, que as metas de trabalho devem ser revistas e adaptadas, e não generalizadas e impostas.

Para aprofundar o tema, foi sugerida a leitura de alguns livros, entre eles O juiz sem a toga: um estudo sobre a percepção dos juízes sobre trabalho, saúde e democracia no Judiciário, de Herval Pina Ribeiro, promovido pelo SINJUSC, Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, Editora Lagora, 2005.

Assim, encerrou-se mais um Laboratório de Inovação Profissional em espírito de compartilhamento de ideias e trocas de experiência. Agora só nos resta aguardar os frutos dessa reunião e fazer o convite para a próxima sessão “Conhecendo a litigância trabalhista italiana”. Até lá!

Escola Judicial do TRT da 1ª Região.